

História, mulheres negras e enfermagem brasileira

PAULO FERNANDO DE SOUZA CAMPOS*

Resumo: O artigo analisa a presença de mulheres pretas e pardas na história da enfermagem brasileira a partir de significados a elas atribuídos nas origens da profissionalização. Trata-se de uma pesquisa histórico-documental fundada no conceito de representação, cujos resultados evocam a presença negra nas artes do cuidar e evidenciam uma memória inglória, imposta por teorias raciais deterministas, como profissão apropriada para mulheres brancas, apagando atuações de mulheres negras na arte e na ciência do cuidado ao branqueá-las. A análise do discurso consubstancia o permanente debate em torno da formação e orientação profissional, pois a desconstrução de valores e práticas sociais racistas e intolerantes impactam na história da enfermagem não apenas no Brasil, mas no mundo.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Orientação profissional; Gênero; Cultura dos cuidados.

History, black women and brazilian nursing

Abstract: The current paper analyzes the black and brown women in the history of Nursing in Brazil their meanings on the professionalization training. This is a historical and documentary research has been based on the concept of representation, whose results evoke the presence of black women on care and reveals an inglorious memory foregrounded on meanings imposed by deterministic racial theories, the profession deemed appropriate solely for white women, erasing her activities and performances in the art and science of care on bleaching it. The discursive analysis enhances the permanent debate on professional formation and guidance due to the deconstruction of racist and intolerant social values and practices not only in brazilian nursing history, but on the world.

Key words: Interdisciplinarity; Professional orientation; Gender; Care culture.



* PAULO FERNANDO DE SOUZA CAMPOS é Doutor em História. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro – UNISA.

Introdução

Muito recentemente a historiografia brasileira incorporou a história das mulheres como “perspectiva epistemológica” (HOLLANDA, 2019). A década de 1980 marca o momento em que a produção historiográfica sobre ações praticadas por mulheres ecoa nos meios acadêmicos. Nesse interregno, a escrita da história produzida não somente as retirou da penumbra, na qual foram duramente colocadas, mas questionou o modelo estanque e esquemático do conhecimento centrado no masculino, distanciado da “hermenêutica do cotidiano” (DIAS, 1995). Na esteira desse processo, estudos caminham no sentido de invalidar o universalismo branco patriarcal hegemônico, que estrutura a ciência moderna ocidental colonialista (LANDER, 2005).

Raramente a história mencionava mulheres, sobretudo, mulheres negras como protagonistas (MOTT, 1988; GONZALEZ, 1988; LAUDERDALE, 1992). Ao fazê-lo, expunham-nas através de uma historicidade emanada do centro, ampliando ideais universais centrados na experiência de homens e mulheres brancos, além de compará-los à experiência externa projetada como ideal e superior. Os atravessamentos desse processo reverberam na fabricação da história oficial da enfermagem brasileira que, mesmo centrada em ações de mulheres, raramente trata experiências antecessoras à profissionalização, vividas por homens e mulheres negros como parte do processo histórico. Vale dizer, por excluir a arte da ciência do cuidado, ao naturalizar essa representação, a escrita oficial invisibilizou personagens e trajetórias negras, haja vista que a população negra emerge, historicamente, como cuidadores em potencial durante os séculos de escravidão no Brasil.

Ao tratar o tema no campo da profissionalização do cuidado, narrativas clássicas da história da enfermagem ao redor do mundo reiteram estereótipos que traduzem as primeiras *nurses* como “prostitutas”, depreciando-as, afinal, experiências do feminino não importavam à historiografia dominante, escrita no masculino, por homens, cujas masculinidades reverberavam a dominação. A consideração é resultado do processo negacionista das mulheres na história, isto é, do lugar do feminino na construção do conhecimento (GONZALEZ, 2019; RAGO, 2019). Simbolicamente, na enfermagem, a memória dos corpos e saberes são impactados em diferentes culturas e geram uma cultura global. Não raro, enfermeiros, seus uniformes, suas práticas profissionais, os lugares que ocupam no exercício da profissão são invariavelmente estereotipados, sexualizados e embranquecidos.

Ao evidenciar representações construídas para mulheres pretas e pardas na enfermagem brasileira, o presente artigo problematiza impactos dessa recusa histórica colonialista como possibilidade de releitura da formação e orientação profissional no Brasil. O texto trata, prioritariamente, significados forjados nas origens da profissionalização ou como a história da enfermagem brasileira evoca modos de exclusão racial e de gênero, isto é, como esse processo permite acessar a “colonialidade do gênero” (GONZALEZ, 2019), que ao mesmo tempo exige pensar a “amefricanidade” (GONZALEZ, 1988); proposições que emergem da epistemologia feminista interseccional.

Como material ou *corpus* documental destaca-se a coluna “Página de Estudante” dos “Annaes de Enfermagem”: primeiro periódico brasileiro organizado no âmbito da Escola de Enfermeiras do Departamento

Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, no início da década de 1920; cujo exemplar consta do acervo da Biblioteca Wanda Horta, da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, instituição que abriga o Centro Histórico-Cultural da Enfermagem Ibero-Americana, no qual o acervo, não catalogado ou tratado arquivisticamente, preserva registros valiosos para a pesquisa histórica da enfermagem brasileira pós-1930, com destaque para as fotografias.

As representações forjadas sobre a participação feminina negra na história da enfermagem brasileira implicam pensar em possíveis modos de reparação desse longo processo de exclusão da memória do cuidado pré-profissional. Assim, o que se busca é visibilizar a arte do cuidado como parte da história da enfermagem no Brasil. Para tanto, as análises se sustentam na interpretação de representações tratadas como construções discursivas, imagéticas e estéticas, que atuam no campo da formação de opiniões e consciências, as quais, por sua vez, operam decisivamente nas práticas organizadoras do mundo social (FOUCAULT, 2001).

A aplicação de tal conceito desvela a formação de juízos e valores socialmente estabelecidos de cima para baixo. Seu emprego possibilita recuperar memórias coletivas, individuais, subterrâneas, resistências miúdas, mas não menos importantes para a compreensão de realidades mais amplas e permanentemente em tensão. Roger Chartier (1991) afirma que a decodificação das representações revela não apenas diferenciações culturais ou tradução de divisões estáticas, imóveis, mas efeito de processos dinâmicos. Deste modo, autoriza percepções distanciadas de narrativas oficiais, julgamentos apressados, hermeticamente fechados, pois ao redimensionar o passado

reescreve a história, reinventa o cotidiano, redireciona o olhar.

Enfermagem moderna no Brasil ou recusa do “sangue negro”

A interdisciplinaridade permite considerar que a enfermagem se torna um campo particularmente interessante para a história das mulheres negras. Em sua origem profissional, cursos de formação deveriam evitar a presença feminina negra - e masculina - nos quadros discentes de escolas preparatórias, uma vez que significadas como não condizentes com o modelo-padrão-global de ensino adotado para a profissionalização da arte do cuidar/cuidado. A imagem da enfermeira derivada desse modelo, assumida como ideal, reverbera e enaltece mulheres brancas. As recusas eram estabelecidas por um processo de seleção rigidamente instituído, o qual favorecia às escolas de enfermagem, que encontravam na rigidez da seleção as justificativas para os impedimentos (BARREIRA, 1997).

O modelo educacional proposto originalmente por Florence Nightingale (1820-1910), autora do livro *Notes on Nursing*, tratado como primeira teoria da Enfermagem Moderna, funda os modos de exclusão racial e de gênero. A experiência vivida na Guerra da Crimeia (1853-1856) pela representante da aristocracia inglesa, referência mundial na formação profissional, considerada pioneira ao fundar a *Nightingale Training School for Nurses at St. Thomas Hospital*, “primeira” escola de enfermagem em Londres, Inglaterra, torna-se emblemática. A “Dama da lâmpada” teve seu modelo de ensino reproduzido em todos os continentes, traduzido para todas as línguas, tornando-se, além de heroína, a primeira teorista da enfermagem profissional ao quantificar os resultados do cuidar/cuidado e revelar a importância da sistematização.

Os impactos da institucionalização e internacionalização alcançados pelo modelo proposto por Florence Nightingale atingem o Brasil no início do século XX com a Reforma Carlos Chagas que, em 1922, o incorporou da versão americana, ao qual se convencionou chamar anglo-americano. Disseminado pela Fundação Rockefeller em diferentes países, destacadamente na América Latina por intermédio da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS (ROSNER; LAUTERSTEIN, 2011), o modelo-padrão de ensino emerge como resultado de ações políticas e filantrópicas entre Brasil e Estados Unidos que atravessam a história da saúde, portanto, a história da enfermagem brasileira (CAMPOS; MARINHO, 2015).

No ambiente inglês, as mudanças promovidas pela Enfermagem Moderna redimensionaram o significado atribuído ao termo polissêmico *nurse*, no contexto, significado como desabonador, censurável. Ao pretender moralizar a ação do cuidado, anteriormente identificado como prática desqualificadora, exercida por mulheres caracterizadas como “prostitutas”, Florence Nightingale não apenas reformulou a noção atribuída à palavra, mas cristalizou nova imagem social atribuída à sua principal personagem, pois feminizou o cuidado e o embranqueceu.

A enfermeira retratada na literatura vitoriana convertia-se de modo diametralmente oposto em *Notes on Nursing* (NIGHTINGALE, 1989). A publicação do seu mais famoso livro propunha esclarecer o que era e o que não era enfermagem, assim, apresenta “a enfermeira” de modo diametralmente oposto ao que Charles Dickens (1812-1870), autor do romance “Martin Chuzzlewit”, caracterizou como sendo *nurse*. O literato, ao remontar o cotidiano de Londres em fins do século XIX,

evidencia enfermeiras pré-nightingaleanas como mulheres vulnerabilizadas pelo capitalismo (FEDERICI, 2017). A narrativa do romance vitoriano as significam como pesadas, gulosas, “gordas”, cruéis, corruptas, promíscuas, exalando a rum, bêbadas, ladras, sádicas, desleixadas, más; imagens personificadas na protagonista *Mrs. Sairey Gamp* e sua amiga *Betsy Prig*, ambas mulheres que faziam “o serviço sujo”, ou seja, que trabalhavam fora do ambiente doméstico, cuidando de doentes, viúvas, abandonadas ou vendidas por seus maridos, órfãs, mas “que iniciam a ação do cuidado como ofício remunerado” (OGUISSO; MORBIN, 2011, p. 488; MIRANDA, 1996).

Na Era Vitoriana (1838-1901), como ensina a história das mulheres, o universo aviltante do trabalho, a manipulação de dinheiro e os negócios da vida pública não eram adequados às mulheres consideradas honestas. Estes eram os motivos pelos quais se convencionou equivocadamente nominar de “prostitutas” as primeiras *nurses*, pois imiscuídas em fazeres desabonadores, trocados por dinheiro, realizados em lugares que deveriam ser evitados, nos quais viviam pessoas doentes, eram empobrecidas, desenraizadas, mulheres que trabalhavam como cuidadoras de acamados, inválidos, idosos, parturientes em seus domicílios ou *almshouses*, *poorhouses* ou “morredouros” (FOUCAULT, 2001), isto é, espaços de recolhimento, asilos, versões não terapêuticas do hospital. As primeiras *nurses* eram mulheres vulnerabilizadas.

A literatura vitoriana remonta o contexto de transposição da imagem e do significado do termo *nurse* pela Enfermagem Moderna. Em *Notes on Nursing*, institui-se o Boletim Moral como critério para nivelar candidatas à profissionalização, as quais deveriam ser

íntegras no caráter, honestas nos comportamentos e ilibadas na estética: pilares preconizados como ideais para o exercício profissional. A nova *nurse* é representada em oposição ao que a literatura inglesa imprimiu, vale dizer, moças brancas, solteiras, magras, virgens e bem-educadas, inclusive, como atributos próprios de mulheres brancas. Para a precursora do ensino-modelo-global, somente com a moralização da imagem da antiga *nurse*, isto é, da enfermeira pré-profissional, é que a enfermagem profissional alcançaria status social e respeito junto à opinião pública (HALLAM, 2000). A enfermeira *nightingaleana* imprime outra identidade, profissional.

As transformações provocadas pela profissionalização do cuidado foram tão intensas que atingiram a modelagem das roupas femininas. Os uniformes alteraram a moda na medida em que destituíram espartilhos, crinolinas, gaiolas e outros artificios que, ao armarem saias e apertarem os corpos das mulheres, impediriam movimentos exigidos no exercício da profissão, na locomoção em espaços hospitalares, sempre restritivos, assim como o farfalhar dos tecidos grossos, volumosos e acetinados, que incomodariam o descanso dos enfermos (NIGHTINGALE, 1989).

A representação da enfermeira como mulher branca ecoa na recusa por parte de Florence Nightingale em aceitar Mary Jeane Seacole (1805-1881). Jovem jamaicana, filha de um oficial escocês com uma negra livre, por ser negra, foi recusada entre as selecionadas durante o recrutamento para o destacamento de Scutari, na Guerra da Crimeia (1853-1856), na qual celebrizou-se. Entretanto, reconhecidos conhecimentos no campo da saúde permitiram que Mary Seacole organizasse outra força de ação militar e estabelecesse o *British Hotel* no mesmo

combate. Ainda que essa história seja mal contada, a existência e reconhecimento público das ações de *Miss Seacole* ampliam as inferências, pois a recusa reverberava o branqueamento do cuidado.

No Brasil, considerando antecedentes históricos da longa duração das artes de curar, ou seja, ao ampliar os domínios da pesquisa em enfermagem para períodos anteriores à adoção do modelo profissional anglo-americano, a ação de cuidar/cuidado era realizada, em sua esmagadora maioria, pela população negra composta por homens e mulheres escravizados. Eram os negros as pessoas que exerciam qualquer atividade no mundo do trabalho durante o sistema escravagista. A profissionalização pretendeu anular a experiência de cuidadores negros ao forjar uma história da enfermagem mítica, heroica, embranquecida (SOUZA CAMPOS, 2015).

Entre as décadas de 1920 e 1940, para a admissão nas escolas de enfermagem vinculadas ao padrão proposto como ideal, os critérios exigiam que a mulher inscrita fosse branca, possuísse sólida formação educacional e religiosa, preferencialmente cristã (FERREIRA; SALLES, 2019). Esperava-se que a postulante fosse solteira e oriunda das classes médias urbanas. Ainda, desejava-se que a candidata demonstrasse conhecimento de literatura universal, tivesse domínio de língua estrangeira e apresentasse determinados refinamentos sociais como tocar piano, por exemplo. Tais atributos ampliavam possibilidades de admissão, não raro, subvencionadas por políticas públicas ou ações filantrópicas executadas na Era Vargas (1930-1945), apoiadas pela Fundação Rockefeller, Fundação *Kellogg* e *Jhonson & Jhonson* como resultado da “política de boa vizinhança” (TOTA, 2009).

A documentação que registra a história da enfermagem no Brasil, não obstante, revela episódios originais que permitem remontar impactos das representações produzidas em torno das relações raciais e de gênero nas origens da profissionalização. Em um desses episódios, vividos por dirigentes e alunas da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, fundada em 1923, na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, é possível recuperar como as dinâmicas impostas pelas representações atravessam a história da enfermagem:

É verdade que a política de organização da escola tinha sido evitar, diplomática e estrategicamente, a admissão de negros, até que a opinião pública em relação à profissão de enfermagem tivesse mudado. Isto era fundamental se pretendia atrair mulheres de melhor classe [...] mesmo a Academia Naval colocava obstáculos para impedir a admissão de candidatas negros. Todas as vezes em que moças de cor se candidatavam para entrar na escola, havia sempre outras boas razões para que elas não fossem qualificadas, por isso nenhum problema havia surgido até então (MINER, 1925, p. 8 apud MOREIRA, 1999, p. 637).

A evidência da candidatura de mulheres negras para “entrar na escola”, ingressar no curso modelo-padrão de enfermagem, derruba a tese da ignorância e incapacidade que corroborava os critérios do branqueamento estabelecido, motivos pelos quais as negras seriam naturalmente impossibilitadas, pois imaginadas como sem capacidade cognitiva, sem formação ou poder de raciocínio. Mesmo que o registro revele que “moças de cor” se candidatavam, significativamente, a historiografia que trata originalmente, bem como os documentos nos quais se sustenta indicam:

Na verdade, havia já na escola três estudantes que, apesar de brancas, mostravam alguns traços de sangue negro. Foi enviada uma carta à imprensa comunicando que nenhuma pretendente havia sido rejeitada por causa da cor, mas não foi convincente, e o Departamento de Saúde achou que seria aconselhável permitir o ingresso de uma moça negra, se acaso se apresentasse alguma que preenchesse todos os requisitos para a admissão (MINER, 1925, p. 8 apud MOREIRA, 1999, p. 637).

Se desconstruídas, a documentação e as análises comprovam que independente da origem étnica ou condição social mulheres negras não só preenchiam requisitos exigidos a uma futura enfermeira, mas estavam presentes. O impacto causado pelas representações forjadas no mundo social é sinalizado no registro quando do uso da expressão “traços de sangue negro” como distintivo desqualificador. Sintomaticamente, os impedimentos atingem a profissionalização pela via da exclusão eugênica e organicista divulgada pela medicina legal, psiquiatria forense e criminologia, campos do conhecimento derivados da Medicina e do Direito (FERLA, 2009; SOUZA CAMPOS, 2009). Essa perspectiva se acentua quando, em continuidade, as análises existentes evidenciam o ingresso de uma mulher negra na referida escola-modelo e acrescenta o que a historiografia escrita por enfermeiros destaca, qual seja, que pobres poderiam integrar o corpo discente, mas negras não (BARREIRA, 1997). Nesse ponto, as narrativas ampliam as interpretações:

Esta candidata apareceu em março, juntamente com as demais pretendentes sob forte suspeita de que havia sido mandada por um dos jornais, e foi admitida. Isto provocou uma enxurrada de protestos por parte

das alunas, mas, após considerar a questão, o Conselho de Estudantes finalmente decidiu que qualquer manifestação de rejeição ou de descortesia para com uma colega de classe demonstraria falta de respeito e de vontade de cooperar, e assim não houve mais dificuldades. As estudantes deixaram claro, contudo, que esperavam que não fosse admitida nenhuma outra negra por algum tempo (MINER, 1925, p. 8 apud MOREIRA, 1999, p. 637).

O episódio desvela valores e regras de conduta social que desautorizavam negros ao mesmo tempo que marcavam a formação das alunas, suas condutas, seus modos de pensar e agir como mulheres brancas, privilegiadas, futuras enfermeiras. Os argumentos, projetados como científicos, eram legitimados pelas ciências médicas e jurídicas fundadas na eugenia. Uma publicação na coluna “Página de Estudante” que compunha uma das seções da revista “Annaes de Enfermagem”, organizada pela Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, denota esse atravessamento. O texto publicado por uma das alunas e intitulado “A Eugenia” assim caracterizava a questão racial:

As classes cultas da sociedade brasileira começam a inquietar-se principalmente diante da ruína física, mental e moral que tende caracterizar a época atual em nosso país, e já compreendem a necessidade imperiosa de medidas capazes de conduzir-nos a uma regeneração progressiva. A leitura dos trabalhos publicados a respeito por Belizário Penna e Monteiro Lobato, e especialmente pelo Dr. Renato Kehl, presidente da comissão Central de Eugenia, são verdadeiramente impressionantes, incitando todos os brasileiros de boa vontade a lutar contra a degenerescência da raça que, se não for contida em sua marcha avassaladora, acarretará certamente a

decadência da nacionalidade [...] evidentemente não há solução para os males sociais fora das leis da Biologia! (LOPES, 1934, p. 8).

A contrapelo, as evidências permitem observar resistências de mulheres negras na luta pela manutenção de seus “lugares de fala” no campo da arte e da ciência do cuidado no Brasil (RIBEIRO, 2019). Como sinais às avessas, os indícios históricos permitem repensar não somente as bases que forjaram a identidade e a orientação profissional, mas a reprodução de seus significados no cotidiano do exercício da enfermagem; ou ainda, como essas representações atingem os relacionamentos interpessoais ontem e hoje, pois reverberam estratégias de mulheres brancas que reiteravam histórica e culturalmente a dogmática masculina, branca, eugênica. A análise do registro acentua as interpretações:

Devemos enfrentar corajosamente todas as dificuldades e vencer a grande batalha que se impõe para o aperfeiçoamento eugênico do nosso povo! [...] É isso que nos induz a pensar na conveniência urgente de reforçarmos as legiões defensoras da Eugenia do Brasil [...] Sem eugenia nada teremos realizado em proveito do Brasil de amanhã [...] (LOPES, 1934, p. 8).

A documentação sublinha que o desejo em não ver o episódio repetido consubstancia a historiografia clássica sobre o tema quando afirma que a sociedade brasileira rejeitou o convívio com aqueles que um dia foram seus cativos. Emilia Viotti da Costa (1999) indica que a imensa maioria dos brancos, homens e mulheres, não aceitavam a divisão dos espaços, o compartilhamento da vida pública, a cidadania conquistada pelos negros recém-egressos do sistema colonial tradicional, considerados racialmente inferiores (MOTA, 2003).

A lacuna existente na história da enfermagem brasileira sobre a participação negra no âmbito da arte e da ciência do cuidado tem levado a interpretações distorcidas, que pretendem eliminar da memória histórica da enfermagem ações exercidas no longo tempo. O reconhecimento desta participação destaca cuidados praticados durante quatros séculos de história oficial do Brasil, realizados por práticas ancestrais, negras, indígenas; porém, a inexpressiva produção acadêmica sobre as ações de cuidar/cuidado realizadas em períodos anteriores à profissionalização alerta para a urgência do debate (CRUZ; SOBRAL, 1994). A História não acontece a partir da instauração de marcos institucionais ou de modo linear, rumo ao progresso, como pressupunha a *historia magistra vitae*.

Pesquisas indicam que as relações de interdependência entre práticas do cuidar/cuidado e as tradições negras sempre foram muito próximas, ainda que pouco estudadas (FREYRE, 2019; RIBEIRO, 1997; GURGEL, 2010; FIGUEIREDO, 2002). Tais investigações, mesmo que diminutas, desmerecidas em estudos produzidos por enfermeiros, apontam que, durante todo o processo histórico brasileiro, era intensa a participação negra no cuidado como cirurgiões, dentistas, sangradores, barbeiros, boticários, curandeiros; pessoas que extraíam as dores, tratavam as chagas, os males, conheciam as curas, atuavam como cuidadores “de almas e de corpos” como parteiras, amas de leite e mães pretas; mulheres que cuidavam de enfermos, velhos e crianças, mesmo que para o cuidado dos pequenos devessem abandonar os seus próprios filhos (DEIAB, 2006). Como metaforiza Lélia Gonzáles “a razão é branca, a emoção é negra” (1888, p. 77).

A convergência da avaliação histórica da enfermagem profissional permite supor que a representação inglesa da *nurse* anterior à Enfermagem Moderna, isto é, do cuidado como prática desqualificadora realizada por mulheres ditas “prostitutas” encontra, no Brasil, nas mulheres negras, o seu equivalente. Essa construção evoca não somente impactos da intolerância na formação e orientação profissional, mas indica como o conhecimento produzido e assumido como verdade reitera a narrativa colonialista, descolada de realidades sociais, culturais e históricas locais, característicos de estudos históricos produzidos por enfermeiros, inclusive, por tratarem a História como método, técnica de pesquisa. Resultados desse processo atuam na permanente anulação da memória do cuidar, da cultura dos cuidados e limita o domínio da pesquisa acadêmica desse imperioso campo do conhecimento (SILES-GONZALES, 1999; SOUZA CAMPOS, 2015).

Os pressupostos permitem considerar que a manutenção da presença negra na história da enfermagem favoreceria a uma memória inglória, que se desejava eliminar. Transformadas em verdades assumidas como científicas, derivadas de matrizes teóricas organicistas e eugênicas, as representações desautorizaram a participação negra no movimento de profissionalização. Ao impor às populações negras os males físicos e morais dos degenerados, dos miscigenados, dos “feios e sujos” (FERLA, 2009), as “classes cultas” buscaram excluir a memória secular das artes do fazer, das práticas de cuidar e curar e da cultura dos cuidados, que as fizeram sobreviver, pois cuidaram de suas doenças, trataram suas dores, alimentaram seus filhos, adocicaram as palavras como afirma Gilberto Freyre (2019).

O intrincado processo de espoliação de diferentes culturas afrodescendentes marginalizou mulheres negras no seu próprio mundo e tentou eliminar da memória histórica da enfermagem brasileira ações que resultaram da prática efetiva do cuidado, realizado por homens e mulheres pretos e não pretos, pessoas que detinham poderes oraculares, vaticinantes, como curandeiros, pretos velhos e suas ervas, como xamãs, padres, rezadeiras, benzedoras, guardiãs de folhas, mulheres e homens mediúnicos, sem considerar, nesse diapasão, as tradições indígenas – do mesmo modo invisibilizadas.

Ainda que involuntariamente, o desmantelamento das representações que pretenderam excluir a presença feminina negra da arte e da ciência do cuidado tem início com um processo que institui a Escola de Enfermagem, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo. A partir de 1944, a escola reincorpora mulheres pretas e pardas como alunas da segunda turma, a primeira formada por bolsistas do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP como parte do Programa Enfermagem, política pública financiada pela Fundação Rockefeller, a partir do qual o Brasil reconfigura formação e orientação profissional (ROSNER; LAUTERSTEIN, 2011; SOUZA CAMPOS; OGUISSO, 2014).

Foto 1. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – 1955.



Fonte: Centro Histórico-Cultural da Enfermagem Ibero-Americana. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – CHCEIA-EEUSP.

Interpretações deturpadas, deslocadas da realidade, influenciadas por significados sociais impostos por representações excludentes, racistas e intolerantes fabricaram o outro indesejado. Ainda que rompendo normas impostas ou preenchendo requisitos qualificadores para o exercício da profissão, mulheres negras foram impedidas de ingressarem em escolas de enfermagem no Brasil. Nesse processo, memórias do cuidado, antecessoras à profissionalização, foram desconsideradas e negligenciadas por um padrão profissional embranquecedor, diametralmente oposto à realidade brasileira. Não neutro, o modelo reiterava interesses de grupos específicos aos quais, mulheres brancas, que protagonizam o processo, contribuíram para o seu estabelecimento, pois forjaram o passado da ciência da enfermagem em uma mística racista e promotora de iniquidades.

Considerações finais

Desconstruir representações que buscam desqualificar e silenciar trajetórias e memórias históricas da enfermagem antes, durante e depois da profissionalização torna-se um processo de fundamental importância para o estudo da formação e orientação profissional no mundo, em especial, no Brasil. Ainda que dinâmicas derivadas desse processo tenham favorecido à desintegração, sua reparação exige a permanente luta pela recomposição das solidariedades e da interdisciplinaridade como promotoras do conhecimento ou força explicativa universal.

A presença de mulheres negras no âmbito da Enfermagem Moderna, assim como a construção de significados atribuídos aos antecedentes histórico-culturais que emergem desse processo, permitem redimensionar o passado da arte e ciência do cuidado no Brasil. Subalternizadas, invisibilizadas e excluídas das origens

institucionais da enfermagem brasileira, o lugar das mulheres negras nesse processo amplia o campo de estudos em enfermagem ao destituir a historicidade forjada como resultado da oficialização de sua fina arte.

Retomar esse processo e percebê-lo no âmbito da interdisciplinaridade implica considerar o necessário diálogo entre os campos do conhecimento, tratados em separado, cujas trocas teórico-metodológicas não só ampliam os alcances ocupados pela arte e ciência do cuidado na pesquisa científica, mas evitam o perigo de histórias únicas (ADICHIE, 2018). A enfermagem, como resultado da oficialidade, da legalização, da regulamentação da profissão, da institucionalização de seu modelo, anula práticas que operam no cotidiano em diferentes momentos da história, os mais longínquos. O reconhecimento de sua ancestralidade avança os domínios de um campo do conhecimento imprescindível para a vida humana - como arte e ciência.

Referências

ADICHIE, C. N. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BARREIRA, I. A. Os primórdios da enfermagem moderna no Brasil. In: Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery, n. 0, julho de 1997. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-284416>. Acesso em 26.06.2021

CAMPOS, C. de; MARINHO, M. G. S. M. C. A Fundação Rockefeller e a Institucionalização da Higiene em São Paulo. Da Cadeira ao Instituto de Higiene (1918-1922). In: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C. **Racionalidades em Disputa**. Intervenções da Fundação Rockefeller na Ciência, Medicina e Práticas Médicas do Brasil e América Latina. São Paulo: FMUSP; UFABC, 2015. p.11-34.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. In: Estudos Avançados, n. 11, abril de 1991. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt>. Acesso em 26.01.2021

CRUZ, I. C. F.; SOBRAL, V. R. S. Nem Ladies, nem Nurses: Sinhazinas e Mucamas. Por uma revisão da história da enfermagem brasileira (e do sistema de Saúde). In: SEMANA DE ENFERMAGEM, 4., 1994, Niterói. **Anais...** Niterói: Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense, 1994.

DEIAB, R. de A. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)**. 2006. 207f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DIAS, M. O. L. da S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERLA, L. **Feios, Sujos e Malvados sob Medida**. A utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2009.

FERREIRA, L. O.; SALLES, R. B. B. A origem social da enfermeira padrão: o recrutamento e imagem pública da enfermeira no Brasil, 1920-1960. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n. 19, outubro de 2019. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7515177>. Acesso em 26.06.2021

FIGUEIREDO, B. G. **A Arte de Curar**. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casagrande-Senzala**. São Paulo: Global, 2019.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro, n. 92-93, junho de 1988. Disponível em <https://institutoodara.org.br/public/gonzalez-lesia-a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-tempo-brasileiro-rio-de-janeiro-v-92-n-93-p-69-82-jan-jun-1988b-p-69-82/>. Acesso em 26.06.2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, S. B. **Pensamento Feminista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237-256.

GURGEL, C. **Doenças e Curas**. O Brasil nos primeiros séculos. São Paulo: Contexto, 2010.

HALLAM, J. **Nursing the Image**. Media, culture and professional identity. London: Routledge, 2000.

HOLLANDA, S. B. **Pensamento Feminista Brasileiro**. Formação e Contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LANDER, E. Apresentação. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: LANDER, E. (org.). **Colección Sur Sur**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp.19-20.

LAUDERDALE, S. G. **Proteção e Obediência**. Criadas e seus padrões no Rio de Janeiro. 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LOPES, L. R. A Eugenia. In: Revista Annaes de Enfermagem, n. 3, 1934.

MIRANDA, C. M. L. **O Risco e o bordado**. Um estudo sobre formação de identidade profissional. Rio de Janeiro: EEAN/UFRJ, 1996.

MOREIRA, M. C. N. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, n. 3, fevereiro de 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/X4GQft8dhcKTbyM8sZcFSbr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 26.06.2021

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTT, M. L. de B. **Submissão e Resistência**. A mulher na luta contra a escravidão. Contexto: São Paulo, 1988.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre Enfermagem**: o que é e o que não é. Trad. Amália Corrêa de Carvalho. São Paulo: Cortez-ABEn-CEPEen, 1989.

OGUISSO, T.; MORBIN, H. Semiótica Narrativa na Enfermagem. In: OGUISSO, T.; SOUZA CAMPOS, P. F. de.; FREITAS, G. F. **Pesquisa em História da Enfermagem**. São Paulo: Manole, 2011. p.457-501.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, S. B. **Pensamento Feminista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 371-387.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, M. M. **A Ciência dos Trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

ROSNER, D.; LAUTERSTEIN, R.; MAYBERRY, A. L.; BAKER, T. D. Lessons from a Brazilian-U.S. Cooperative Health Program: The Serviço Especial de Saúde Pública. In: Public Health Reports, n. 2, abril de 2011. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3056043/>. Acesso em 26.06.2021

SILES-GONZÁLEZ, J. **Historia de la enfermería**. Alicante: Aguacalera, 1999.

SOUZA CAMPOS, P. F. de. Cultura dos Cuidados: o debate entre história e enfermagem pré-profissional nas aquarelas de Jean-Baptiste Debret (1816-1831). In: Cultura de los Cuidados, n. 43, dezembro de 2015. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-147325>. Acesso em 26.06.2021

SOUZA CAMPOS, P. F. Enfermeiras da Legião Negra: Representações da Enfermagem na Revolução Constitucionalista de 1932. In: Faces de Eva – Estudos Sobre a Mulher, n. 33, setembro de 2015. Disponível em: https://facesdeeva.fcsh.unl.pt/?page_id=47. Acesso em 04.07.2021.

SOUZA CAMPOS, P. F. de. Entre Médicos e Advogados: a teoria da degeneração da raça. In: RIGONATTI, S. P.; ANDRADE, M.; L. C. de. **Psiquiatria Forense e Cultura**. São Paulo: Vetor, 2009. p. 123-166.

SOUZA CAMPOS, P. F. de.; OGUISSO, T. **Enfermagem no Brasil**. Formação e identidade profissional pós-1930. São Paulo: YENDIS, 2014.

TOTA, A. P. **O Imperialismo Sedutor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Recebido em 2021-03-26
Publicado em 2021-09-01